


*Alcides
Beato*


ATA N.º 7/2025
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 20 DE
DEZEMBRO DE 2025

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de dez de dezembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação das Demonstrações Previsionais para o ano de 2026;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Nomeação do Auditor Externo;
- Ponto 7 -** Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2026;
- Ponto 8 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 9 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 10 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nagoselo do Douro;
- Ponto 11 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 12 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riodades;
- Ponto 13 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro;
- Ponto 14 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 15 -** Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites;

- Ponto 16** - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 17** - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 18** - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 19** - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 20** - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 21** - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a Freguesia de Riodades;
- Ponto 22** - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 23** - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 24** - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 25** - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros;
- Ponto 26** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Castanheiro do Sul;
- Ponto 27** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 28** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Nagoselo do Douro;
- Ponto 29** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Paredes da Beira;
- Ponto 30** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Riodades;
- Ponto 31** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Soutelo do Douro;

- Ponto 32** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Vale de Figueira;
- Ponto 33** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Valongo dos Azeites;
- Ponto 34** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões;
- Ponto 35** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa;
- Ponto 36** - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Mesa de Assembleia, Eduardo Frederico, iniciou a reunião ordinária, apresentando os seus cumprimentos ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, aos Senhores Membros da Assembleia, ao Público presente e aos funcionários que participam na sessão. Tratando-se da primeira reunião ordinária da Assembleia na presente legislatura, o Presidente da Mesa teceu umas pequenas palavras, referindo que espera que seja uma jornada contributiva para o desenvolvimento de propostas e de ideias de melhoria que contribuam, através da sua discussão de forma democrática, para o desenvolvimento e bem-estar da população do nosso Concelho, sem prejuízo naturalmente das atribuições, competências e responsabilidades que a função de Membro da Assembleia em si encerra. A livre discussão de ideias é um apanágio da democracia que certamente todos defendemos e que nos conduzirão ao desejado progresso do nosso Concelho.

Para todos os que na Assembleia têm assento pela primeira vez, aproveitou para informar que as sessões são constituídas por três períodos, um dos quais dedicado ao Público, sendo que as intervenções dos membros da Assembleia são limitadas no tempo, de acordo com o definido no Regimento já aprovado, pelo que solicitou a colaboração de todos para que as sessões sejam o mais produtivas possível.

Dado haver Público presente informou que se pretenderem fazer alguma intervenção no fim da sessão devem desde logo efetuar a inscrição na mesa, referindo nome, morada e assunto a tratar.

Informou que, dada a agenda de trabalhos prevista para a sessão, está previsto fazer um intervalo por volta das 12h30m para realização do almoço da Assembleia, retomando os trabalhos pelas 14h30m.

De seguida solicitou ao 1.º Secretário da Mesa, Daniel Bento, que procedesse à chamada dos membros da Assembleia, o qual aproveitou para cumprimentar os membros da Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados municipais e demais cidadãos presentes. Realizada a chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificaram-se as ausências dos deputados Luís Filipe da Fonseca Pina e Otilia Maria Ferreira Gonçalves Carvalho, dos quais apresentaram justificação Luís Filipe da Fonseca Pina, para a não comparência na reunião. Os

restantes, de acordo com o n.º 2 do Artigo 5.º do Regimento da Assembleia, devem apresentar justificação da sua ausência no prazo de cinco dias a contar da data da reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia aproveitou para informar que relativamente às ausências verificadas na sessão de 17 de novembro, as faltas foram consideradas como justificadas.

Aproveitou para informar da realização no Centro Cultural de Viana do Castelo do XXVII Congresso Nacional da ANMP, que, para além da eleição dos novos titulares dos órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, também teve a apresentação de três grandes temas, dos quais destacou a autonomia e descentralização, financiamento local e sustentabilidade e coesão. Mais informou que, durante o processo que decorreu para a eleição dos órgãos diretivos do conselho, o nosso Presidente, Dr. Manuel Cordeiro, foi eleito para participar no Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao qual apresentou as suas felicitações e votos de sucesso em mais uma participação na Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

De seguida, solicitou aos representantes da autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais para que informem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos.

Foram inscritos Maurício dos Santos Ferreira, representante da Assembleia no XXVII Congresso da ANMP, o qual apresentou um resumo do que se passou no Congresso, que se transcreve:

Maurício Ferreira – “Sob o Lema “Poder Local a Proximidade que Transforma Portugal” realizou-se em Viana do Castelo o XXVII Congresso da ANMP, para eleição dos novos titulares, apresentação e votação dos Temas, Moções e Resolução do Congresso.

A sessão de abertura foi iniciada pelo Presidente da Câmara de Viana, Luís Nobre, que agradeceu aos anteriores titulares dos órgãos da ANMP e felicitou os vindouros, tendo referido que os últimos quatro anos foram muito desafiantes, perfazendo-se precisamente quarenta e nove anos de Poder Local, que é preciso valorizar. Apresentou cumprimentos ao Presidente da CCDR Norte e agradeceu a presença da comunicação social. Aproveitou ainda para fazer um breve resumo sobre a cidade de Viana e da sua protetora a Senhora da Agonia.

De seguida tomou a palavra o Presidente da Mesa do Congresso, Carlos Moedas, que saudou os membros do governo presentes, os congressistas e o Presidente da Câmara de Viana, tendo dirigido as primeiras palavras à Presidente do Conselho Diretivo, Luísa Salgueiro, pelo trabalho desenvolvido e manifestado o seu apoio ao futuro Presidente, Pedro Pimpão. Em 2026 celebram-se cinquenta anos do Poder Local, base fundamental da democracia. Abordou ainda o tema da descentralização de competências com responsabilidade e salientou que não devem fazer dos autarcas empregados do governo. Referiu também que os projetos camarários têm impacto na vida das pessoas, sendo necessário proceder a uma reforma da governação autárquica, pois o País precisa de um interior dinâmico.

A fechar a sessão de abertura Luísa Salgueiro apresentou saudações aos membros do governo presentes, ao Presidente da CCDR Norte, aos senhores deputados e congressistas, a quem deu as boas vindas. Referiu também que este ano se perfazem cinquenta anos do 25 de Abril e em 2026 cinquenta anos do Poder Local. Mencionou ainda que os municípios são os motores do desenvolvimento do país, promovendo a coesão territorial e que o Poder Local está mais próximo das pessoas e da democracia. Lembrou que no mandato que agora termina foram celebrados acordos

setoriais decisivos para a transferência de competências, frisando que, porém, ainda existem compromissos por cumprir, existindo uma dependência de recursos, quer humanos, quer financeiros, quer patrimoniais. Abordou ainda a questão do fundo de financiamento da descentralização e a necessidade de se proceder ao mapeamento das instalações de saúde que precisam de financiamento. Referiu como linhas estratégicas a retoma duma entidade inspetora dos municípios, a revisão do Estatuto dos Eleitos Locais e o financiamento do Poder Local, frisando ser necessário aprovar uma nova Lei das Finanças Locais, com simplificação dos processos, a negociação dos prazos do PPR face à crise na habitação, a transição energética para a concessão de energia em BT, bem como rever o setor dos resíduos, o qual apresenta hoje taxas insuportáveis para os municípios. Também referiu que a lógica de distribuição da água deve ser local e não puramente económica, que a regionalização não existe sem a descentralização e que Portugal precisa das regiões administrativas. Finalizou desejando ao futuro Presidente do Conselho Diretivo um mandato de sucesso.

De seguida usou da palavra o Senhor Secretário de Estado da Economia, Silvério Regalado, o qual mencionou serem necessárias medidas estruturantes para esbater as diferenças regionais e valorizar o interior, bem como uma nova Lei das Finanças Locais e revisão do Estatuto dos Eleitos Locais. Referiu que pretende realizar reuniões com a ANMP mensalmente e que a descentralização não é meramente um instrumento administrativo, sendo necessário promover o combate à democracia e valorizar os territórios de baixa densidade.

Não havendo propostas de alteração ao Regulamento do Congresso nem aos Estatutos da ANMP, os trabalhos prosseguiram com a apresentação do Relatório de Atividades pelo Vice-Presidente, Alfredo Monteiro, de que se salienta:

- No que respeita à descentralização e transferência de competências, o acordo setorial sobre a Educação e o Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas, o acordo setorial sobre Saúde e o acordo setorial sobre a Ação Social;
- No que respeita ao Financiamento Local a ANMP propôs a elaboração de uma nova Lei das Finanças Locais, bem como alterações em matéria de finanças locais materializadas na Lei n.º 29/2023, de 4 de julho. Em 2025 os municípios receberam do OE mais 432 M€ que em 2024, tendo a ANMP acautelado a sua distribuição equitativa pelos trezentos e oito municípios;
- No que respeita aos Fundos Comunitários foi assinado com o governo um Protocolo Estratégico que constituiu uma Comissão Permanente para Acompanhamento do Investimento, encontrando-se quer os investimentos ao abrigo do PRR quer os investimentos ao abrigo do Portugal 2030, em termos de execução, com valores muito abaixo do desejável;
- No que respeita aos Incêndios Rurais a ANMP apresentou ao governo um conjunto de medidas relevantes tais como: rever o sistema de gestão integrada, possibilidade de assunção de posse pelas Câmaras Municipais de terrenos onde haja risco de incêndio, aumento do investimento na rede de corta-fogos, reestruturação da moldura institucional e da cadeia de comando e ainda a reformulação da relação contratual do Estado com as Associações Humanitárias de Bombeiros;

- No que respeita à Energia, apesar do progresso já conseguido no que se refere à contratação de energia em BT, encontra-se ainda por concretizar os procedimentos concursais e a calendarização para o procedimento concorrencial de atribuição das concessões municipais. Foram também propostas pela ANMP alterações ao Código do IMI e à Lei das Finanças Locais para nova metodologia de avaliação dos centros electroprodutores de energia e para aplicação de nova fórmula de distribuição da receita do IMI pelos municípios que partilham os referidos centros.

Seguidamente a sessão prosseguiu com o Parecer do Conselho Fiscal, apresentado por Jorge Pinto, o qual salientou que os indicadores e rácios financeiros no período do mandato do atual Conselho Diretivo ilustram a sustentabilidade da situação financeira da ANMP.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação do evento “Portugal Nação Global” pelo Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Emídio Sousa, o qual lançou um desafio às Câmaras Municipais para participação num evento a realizar em 29 e 30 de abril de 2026, no qual se pretende convidar emigrantes portugueses, empresários de sucesso no estrangeiro, que realizem encontros de negócios com empresas portuguesas e Câmaras Municipais para que estes possam apresentar oportunidades de negócios em Portugal, lembrando que existem comunidades portuguesas em cento e setenta e oito países.

De seguida assistiu-se a uma apresentação do Observatório Local pela Catarina Marques, do Consórcio Ernst Young and One Source, com o qual se pretende dar a conhecer a realidade dos trezentos e oito municípios portugueses, através da construção de uma base comum de informação e conhecimento, particularmente focada em indicadores sobre as diversas áreas de atuação e desempenho dos municípios, tendo sido colocados como principais desafios a falta de informação relevante, dados históricos, o estabelecimento de protocolos/parcerias com as entidades, a interoperabilidade e o calendário do projeto que deve ser finalizado até junho de 2026.

Apresentados os resultados das votações para eleição dos titulares dos órgãos da ANMP, o seu Conselho Diretivo conta com a presença do nosso Presidente de Câmara, Dr. Manuel Cordeiro, a quem felicito e desejo o maior sucesso na sua missão.

O tema da Autonomia e Descentralização foi apresentado pelo nosso Presidente Dr. Manuel Cordeiro, que afirmou serem duas faces da mesma moeda, uma vez que a descentralização pressupõe uma ampla autonomia e a autonomia exige um Estado descentralizado, com os centros de decisão próximos das populações, tendo apresentado as seguintes propostas de fortalecimento da autonomia local: recurso ao Tribunal Constitucional sempre que, em condições a fixar, haja a necessidade de apreciar a constitucionalidade de normas violadoras do princípio da autonomia local; medidas de simplificação administrativa relacionadas com o visto prévio do Tribunal de Contas, com a revisão e simplificação do Código dos Contratos Públicos, eliminação de pareceres de organismos da Administração Central quando considerados como dispensáveis; reforço dos poderes tributários dos municípios; a criação de uma entidade inspetiva exclusivamente dedicada às autarquias locais; revisão do Estatuto dos Eleitos Locais. Quanto à descentralização as crises mais recentes vieram demonstrar que respostas públicas centralizadas falham perante realidades complexas e diferenciadas no território. Pese embora a descentralização já conseguida nas áreas da Educação,

Saúde e Ação Social, há ainda muito para concretizar em termos de investimentos, insuficiência de verbas e regras de financiamento ajustadas à realidade de cada território, bem como a inexistência de um mapeamento que permita definir programas de recuperação e reabilitação de centros de saúde. Referiu ainda que, no que se refere ao Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) é imperioso repor em funcionamento a Comissão de Acompanhamento a fim de avaliar a adequação das transferências e assegurar que as verbas correspondem aos encargos efetivamente assumidos pelos municípios. Quanto à Regionalização defendeu a criação das regiões administrativas pois elas criarão fatores adicionais de progresso e desenvolvimento.

O segundo dia do Congresso iniciou-se com o Tema “Financiamento Local” apresentado pelo Ricardo Leão, Presidente da Câmara Municipal de Loures, o qual mencionou ser necessária uma nova Lei das Finanças Locais, não sendo os municípios uma extensão do poder central. A autonomia não pode ser apenas formal, pois sem autonomia financeira é uma pura ilusão. Os municípios enfrentam hoje novas realidades: descentralização, crise na habitação, fluxos migratórios, transformação climática e digital, o que conduz a uma gestão complexa e fragmentada. Alertou ainda para a necessidade de criar alternativas para a manutenção dos investimentos quando os fundos terminarem, bem como para a necessidade de ter recursos para manter os projetos já realizados ou em curso. Também mencionou que o território ainda não é equilibrado, colocando a questão de como aumentar as receitas próprias das autarquias. Apresentou as seguintes propostas concretas: reforço das transferências do OE; reformulação do Fundo de Descentralização que cubra os custos reais; reformulação da estrutura das receitas fiscais ao nível do IRS; participação direta no Fundo Ambiental; participação no ISP para manutenção da rede viária. Mencionou também que os municípios mais pequenos merecem uma atenção especial e a criação das green bonds.

O Tema 3 “Sustentabilidade e Coesão” foi apresentado pelo Presidente da Câmara de Lamego, Francisco Lopes, o qual sublinhou o papel insubstituível das autarquias no dia a dia dos munícipes assegurando mais proximidade que o Estado Central não consegue garantir. Referiu ainda que a questão da Habitação é um desafio nacional, sendo que o modelo atual não responde às necessidades do país. Mais acrescentou que, 94% dos fogos construídos foram promovidos pelas autarquias, defendendo um modelo descentralizado com financiamento estável. Quanto à transição energética afirmou que as autarquias estão na linha da frente, sendo necessário regular o IMI das barragens e providenciar a valorização energética dos resíduos, promovendo a construção de duas novas Centrais de Incineração. Referiu ainda ser insuportável a atual taxa de gestão de resíduos, defendendo também que as tarifas da água devem ficar sob a responsabilidade das autarquias. Manifestou ainda preocupação com o abandono dos espaços rurais, que são uma ameaça à economia e ao ambiente, pelo que é urgente a reorganização da área rústica. Quanto à gestão integrada dos incêndios rurais referiu ser necessário clarificar a cadeia de comando. Por fim, defendeu o alargamento do passe escolar até aos 23 anos.

Seguiu-se a votação das Moções apresentadas, uma referente à Taxa de Gestão de Resíduos, a qual foi aprovada por maioria, e outra referente à Requalificação dos Estabelecimentos de Ensino, a qual foi aprovada por unanimidade. Esta Moção defende a abertura dos avisos para as Escolas P3, o

alargamento do prazo de submissão de candidaturas e a atualização dos valores de referência para construção.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação, discussão e votação da Resolução do XXVII Congresso, tendo como Relator Amadeu Albergaria, Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira. A resolução contém as propostas apresentadas nos temas do Congresso no âmbito da Autonomia e Descentralização, Financiamento Local e Sustentabilidade e Coesão, em resumo:

- Reivindica o desenvolvimento urgente dos procedimentos para aprovação de uma nova Lei das Finanças Locais;
- Afirma que a descentralização administrativa é um pilar essencial da reforma do Estado;
- Afirma a necessidade de ser revitalizada a Comissão de Acompanhamento do processo de transferência de competências;
- Considera urgente salvaguardar a inclusão das Escolas P3 no financiamento do Programa Escolas;
- Preconiza a revisão do Estatuto dos Eleitos Locais e valorização das carreiras da Administração Local;
- Defende a efetiva participação dos municípios no desenho, governação e gestão dos fundos comunitários;
- Reivindica a reformulação da aplicação da Taxa de Gestão de Resíduos;
- Sustenta a necessidade de ser dada resposta cabal e definitiva ao grave problema do acesso à habitação;
- Considera como essencial a criação das regiões administrativas como instrumento fundamental para a coesão nacional.

A Resolução foi aprovada por maioria.

A sessão de encerramento do Congresso foi patrocinada pela Presidente da Mesa do Congresso, Luísa Salgueiro, pelo Presidente do Conselho Diretivo, Pedro Pimpão, e pelo Primeiro Ministro, Luís Montenegro, o qual referiu ser possível que a nova Lei das Finanças Locais seja aprovada ainda antes do OE 2027, que a descentralização deve ser aprofundada, mas que na atual legislatura está fora de causa a regionalização."

O Presidente da Mesa agradeceu a descrição aprofundada daquilo que se passou no congresso. Não havendo mais inscrições, passou ao período de antes da ordem do dia, submetendo à consideração e votação da assembleia três atas de reuniões, a ata número quatro, de 26 de setembro, a ata número cinco, de 3 de novembro, para eleição da mesa e a ata número seis da reunião extraordinária de 17 de novembro. Solicitou à assembleia a dispensa da leitura das atas, uma vez que todos tomaram conhecimento das mesmas. Relembrou que para a ata número quatro do ano de 2025 só podem votar os membros da assembleia que estiveram presentes na respetiva sessão, uma vez que a ata se refere à última reunião do anterior mandato. Colocou as atas à apreciação dos membros da assembleia para eventuais propostas de alteração ou de correção. Colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade dos presentes nas respetivas sessões.

Deu conta da correspondência que foi recebida na Mesa da Assembleia e que foi arquivada para consulta:

- A primeira edição de uma pós-graduação em governação estratégica municipal promovida pelo ISEG e destinada a capacitar líderes, com uma visão estratégica e capacidade técnica para responder aos desafios territoriais complexos que se colocam hoje às administrações públicas locais;
- Ofício do grupo parlamentar do Partido Socialista, divulgando uma proposta de aumento de vagas no ensino superior e os riscos para a sustentabilidade das instituições do interior face às alterações legislativas;
- Informação da AEDREL relativamente à publicação do anuário das Assembleias Municipais relativo ao ano de 2024, que podem ser adquiridas junto da AEDREL;
- Carta do atual Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios, Pedro Pimpão, Presidente da Câmara Municipal de Pombal, a colocar-se à disposição e manifestando a sua disponibilidade à Assembleia Municipal de São João da Pesqueira para o que entender necessário dentro das suas responsabilidades e funções que vai exercer neste mandato;
- Por fim, o Doutor José Luís Nunes, da Assembleia Municipal do Funchal, desejou votos de um Santo Natal e um Feliz Ano Novo extensivo a todos os membros municipais.

De seguida abriu as inscrições para os membros da assembleia que pretendam intervir sobre assuntos de interesse para o município.

Tomou a palavra o Senhor José Fernando dos Santos, que manifestou a todos os presentes o seu descontentamento com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, agradecendo-lhe a “prenda” de Natal concedida à Freguesia de Paredes da Beira, mobilizando uma funcionária da Câmara Municipal, afeta aos serviços do Espaço do Cidadão em Paredes da Beira há vinte e dois anos, notando a falta que esta faz aos idosos, referindo que na política não vale tudo, a política tem que ser feita com honestidade, considerando a mobilidade de três funcionárias da Câmara, residentes em Paredes da Beira por motivos políticos, uma vez que apoiaram a lista da oposição, frisando que num país democrático há liberdade de escolha. Alegou ainda que o Presidente da Câmara, ameaçou a funcionária, dizendo-lhe que teria de aceitar o convite por ele proposto, pois sabia que era funcionária da Câmara. Quando teve conhecimento dos factos pediu uma reunião de urgência, tendo resposta do Senhor Presidente a dizer que só tinha disponibilidade a 29 ou 30 do mês de dezembro. Questiona se um Presidente de Junta já tem que marcar uma reunião para ser recebido pelo Senhor Presidente da Câmara, comparando este posicionamento como se de um primeiro-ministro se tratasse, justificando que precisou de falar com o Presidente da Câmara do Porto e o mesmo lhe concedeu de um dia para o outro.

Proferiu ainda, Senhor Presidente, eu ganhei as eleições, ganhei com honestidade, não fui buscar pessoas à Espinhosa não foi preciso ir buscar pessoas a Lisboa não foi preciso andar de porta em porta e não foi preciso que o Presidente da Câmara me fizesse a lista, é só para dizer isso, Senhor Presidente, passe um Bom Natal.

De seguida tomou a palavra Teófilo dos Anjos, começou por dar os bons dias, cumprimentando a mesa na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Deputados e público presente.

Agradeceu à Proteção Civil e Sapadores por todo o trabalho desenvolvido nos períodos de chuvas fortes, com limpezas de drenagens e vias.

Apelou a que fosse feita uma intervenção ao acesso do parque de estacionamento em frente ao mercado, tendo custos reduzidos, referindo que já por diversas vezes ficaram carros apoiados, nomeadamente por pessoas que não conhecem o espaço, pois o talude está demasiado alto, tendo já o próprio ajudado algumas viaturas a sair e não há necessidade de o município estar sempre a reclamar e a falar na mesma coisa.

Finalizada a sua intervenção o Presidente da Mesa dá a palavra ao deputado, Paulo Bito, que inicia cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e em si a mesa, cumprimenta o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados, estimado público e os funcionários da autarquia, desejando um bom mandato em prol da população do Concelho de São João da Pesqueira e das suas Freguesias.

Felicitou o Presidente de Junta de Vale de Figueira pela demonstração muito clarificadora sobre o que se passou no congresso.

Agradeceu ao município a atitude que teve para com a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros, na decorrência dos incêndios que deflagraram no Concelho de São João da Pesqueira no mês de agosto, agradeceu pela colaboração e atenção que tiveram na reparação das linhas de água fustigadas pelos incêndios, essa atenção foi muito importante.

Deixou ainda uma sugestão em relação à recolha do lixo de locais onde o camião do Município não consegue aceder, para haver uma parceria entre o Município e Juntas de Freguesias de modo a facilitar neste processo, que ocorre diariamente, para poder efetivamente resolver essa problemática, pois é evidente a crescente dificuldade, pelo menos no que concerne à União das Freguesias de Vilarouco e Pereiros, bem como a separação de resíduos, é uma questão de consciência, mas existe uma dificuldade das pessoas conseguirem separar a matéria orgânica, que poderia ser facilmente aproveitada para os terrenos para decomposição e para consequente fertilização dos mesmos. Acabam por depositar tudo nos contentores e acabam por dificultar a operacionalização dos funcionários, que não conseguem carregar os contentores de tão pesados estarem. Em suma, pretende-se uma nova dinâmica em parceria com o Município para recolha em pontos críticos, mostrando-se disponível a dispensar da verba que o município aloca, para ver resolvida a situação, promovendo até ações de sensibilização junto dos seus cidadãos, consciencializando os mesmos para a relevância da separação de resíduos nos dias que correm.

Finalizada a sua intervenção o Presidente da Mesa dá a palavra ao deputado, Frederico Selores, que inicia cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e em si a mesa, cumprimenta o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados e elementos do público, manifestando interesse em abordar três pequenos temas. Inicia dando os parabéns ao Presidente de Junta, Maurício, pela forma como relatou o sucedido no congresso, depois agradeceu também aos Vereadores Luís Rodrigues e Jorge

Andrade, frisando que esteve presente na feira de vinhos e produtos regionais em Menecy a título pessoal, porque achou relevante para a sua atividade e queria deixar uma palavra de apreço para aquelas pessoas que tão bem o receberam, com uma amabilidade fora de série, pedindo assim ao Senhor Presidente e Senhores Vereadores para fazerem chegar o agradecimento público.

O segundo ponto, deixou um apelo à Câmara Municipal, aos Presidentes de Junta, a todas as entidades que organizem eventos no concelho, para procurarem a autenticidade dos vinhos da região, vinhos do Douro, defendendo apenas presença desses vinhos, usando como exemplo o bairrismo que cada um carrega em si em termos clubísticos, uns torcem pelo Porto, outros torcem por outro clube qualquer, mas quando se trata da nossa seleção, todos nós torcemos pelo mesmo. Deste modo, apela a que sejam todos Pesqueirenses e Durienses, só assim seremos os maiores embaixadores da nossa região.

Terceiro ponto, refere que será apresentado um projeto de lei pelo deputado Filipe Sousa, que será submetido a votação e tem como objetivo a confeção do vinho do porto exclusivamente com aguardente vínica produzida na região do Douro. Deixa o alerta para o risco de se fazer essa transição no imediato, pois para fazer uma pipa de aguardente é necessário seis a oito pipas de vinho destilado, prevendo uma redução drástica no quantitativo, defendendo sim uma transição gradual, mas refere que há fortes probabilidades desse projeto de lei ser aprovado. Apela a quem possa estar presente no dia da votação desse projeto de lei, pois São João da Pesqueira deveria ter uma palavra a dizer, enquanto maior produtor de vinho do Douro.

Finalizada a sua intervenção o Presidente da Mesa dá a palavra ao deputado, António Balça, que inicia cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e em si a mesa, cumprimenta o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados, a todos felicita pela eleição no dia 12 de outubro e espera que todos façam um mandato com lealdade e com participação, deixando uma saudação especial ao Senhor Presidente da Câmara, pois só se lembra de uma vez no passado também um outro candidato ter conseguido tal objetivo de cinco vereadores, esta é a prova de que o povo soube dar valor a quem trabalha de forma séria e empenhada.

Disse ainda, “Senhor Presidente, se não estou errado no ano de 2009, encontrávamo-nos num congresso também da associação nacional de municípios, pergunto-lhe se já naquela altura sonhava um dia fazer parte dos órgãos diretivos? Parabéns pela ambição e pela capacidade de trabalho. Existem grandes projetos que abraçou que se encontram em marcha, não os vou enumerar porque estão à vista de todos, mas ainda existem alguns que não se pode esquecer, como por exemplo, a região do Douro. Obrigado a todos.”

Não tendo sido apresentadas mais inscrições, o Presidente da Mesa de Assembleia prossegue dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que possa responder às intervenções.

O Presidente endereça os bons dias a todas e a todos os presentes. Enumera as últimas atividades realizadas desde a última Assembleia:

- 16 de dezembro até 24 de dezembro decorreu o mundo mágico do Natal, na Praça do Marquês;
- Celebração do dia Municipal da Educação, no cinetatro, com a atribuição de bolsas sociais, bolsas de mérito, prémios para a universidade júnior, prémios de finalização do percurso

escolar, atribuindo um valor global de 58.591,00 euros, sendo que sete bolsas foram também atribuídas pelas empresas Quevedo, Ventozelo e Jopauto;

- Atribuição dos vales de Natal sénior;
- Realizaram-se as comemorações do 24.º aniversário do alto douro vinhateiro, património mundial em Lamego, onde o ponto alto foi a apresentação do nosso foral de 1055 pelas crianças da nossa escola;
- Congresso da Associação Nacional de Municípios;
- 30 anos da Esprodouro, com a presença do Senhor Ministro da Educação;
- Torneio de natação, Afonso Saldanha, que ocorreu em Tarouca, com a participação dos alunos da escola;
- Participação na taça da liga de boccia sénior, em Coimbra, com a UVA e com a Aitied;
- Dia internacional das pessoas com deficiência, com atividades aquáticas e oferta de equipamentos;
- Atividades de cultura com os alunos da Esprodouro em todas as Freguesias do Concelho.

Destacou também o início das obras de requalificação da Nacional 222 e referiu que seguem a bom ritmo as obras do fórum 1055, da loja do cidadão, da unidade de saúde familiar e do parque desportivo. Foram lançadas outras obras do quadro comunitário 2030, entre as quais, obras no centro escolar, na Rua da Figueira, na Praça Santa Maria e na Elevatória.

Lançou o desafio para que todos participem nas atividades das noites no museu e que estejam no dia 4 de janeiro nas janeiras, a realizar no cineteatro, com a presença de oito associações culturais e por fim o concerto de Rui Massena, dia 17 de janeiro.

Destacou as eleições para a CCCR para o Presidente e Vice-Presidente da Comunidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional no dia 12 de janeiro, onde votam todos os eleitos, dando a conhecer posteriormente as listas.

Pronunciou-se de seguida quanto às intervenções, deixando os parabéns ao Maurício pelo resumo e pela presença efetiva nos dois dias do congresso.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira, deixou duas notas muito breves, referindo que não fechou o Espaço Cidadão e que todos os existentes no Concelho são da responsabilidade das Juntas de Freguesia, não podendo a Câmara suportar o pagamento de um funcionário em Paredes da Beira, como suportou até aqui, considerando uma desigualdade que estava a praticar perante as outras Juntas de Freguesia e como última nota, deixou claro, que a afetação do pessoal é da competência do Presidente de Câmara que afeta de acordo com as necessidades, obviamente, sempre respeitando as categorias e os direitos que os funcionários têm.

Ao pronunciado pelo Teófilo dos Anjos deixou claro que a saída de acesso do parque é uma situação para se resolver.

Ao Paulo Bito agradeceu os parabéns deixados ao município aproveitando também para agradecer a todos os que estiveram presentes quer no apoio organizativo, quer braçal, portanto, o Paulo Bito, o José Manuel Saraiva, na altura a Mónica, também a Sofia e o anterior presidente que estiveram sempre presentes, e os demais cidadãos. Quanto à questão do lixo é na verdade uma problemática, caixotes do lixo com terra, pedras e outros materiais que as pessoas colocam, mesmo depois de já

terem sido feitas campanhas de sensibilização, portanto, prometeu acompanhar e ver a melhor forma de conseguir soluções de melhoria.

Ao Frederico Selores, reconheceu a importância dos vinhos da Região do Douro nos eventos. Quanto à proposta de um deputado na Assembleia da República, da utilização exclusiva de aguardente com vinhos da região, não só essa questão, mas todas as questões que dizem respeito ao Douro são acompanhadas por si e por outros colegas, pois qualquer medida tem que ser bem pensada, considerando melhor fazer alguma coisa do que não fazer nada.

Ao Senhor Balça, agradeceu o reconhecimento do seu trabalho e dos demais eleitos.

Pede a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira, ao qual o Presidente da Mesa de Assembleia atende.

José Fernando considera a resposta do Presidente da Câmara muito fraquinha, justificando que consegue suportar funcionárias em outras freguesias do seu conhecimento e não consegue suportar a funcionária do Espaço Cidadão em Paredes da Beira onde está há vinte e dois anos.

Por sua vez o Presidente da Câmara responde que é mais uma mentira do Senhor Presidente de Junta, pois a única funcionária afeta pelo Município a uma freguesia, era a do Espaço do Cidadão em Paredes da Beira, não havendo nenhuma outra em outra freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia dá início ao **Período da Ordem do Dia:**

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

O Presidente da Mesa dá a palavra a Teófilo dos Anjos que salienta a forte aposta que tem sido feita por parte do Município no âmbito da Educação e parabeniza pela excelente candidatura, praticamente financiada a 100%, para a aquisição de cadeiras de rodas elétricas, considerando uma mais valia para famílias com poucas possibilidades económicas, sensibilizando-se com esta prática.

Referente à agricultura questiona o Senhor Presidente se os prejuízos dos incêndios já foram pagos na totalidade, notando aqui também o empenho por parte do Município e funcionários do BUPI entre outros, que se mobilizaram para verificar no terreno os danos que se registaram, aproveitando para deixar uma nota de louvor aos funcionários do BUPI, um exemplo a nível nacional, pela eficácia dos bupis já realizados.

Quanto ao espaço do cidadão questiona quais os serviços que vão passar para este espaço, considerando uma mais valia, uma vez que vai centralizar serviços num só edifício e poupar dinheiro ao estado português, por isso pretende saber qual a contrapartida para o Município, considerando justo o pagamento de uma verba mensal ou anual.

Como última nota, aqui referente à Cultura, considerou estarem a ser cada vez mais cativantes as propostas apresentadas no âmbito do teatro e cinema, que mesmo com entrada a pagar, considerando até o valor simbólico, mesmo assim se apresenta com sala cheia, muitas das vezes.

Questionado o Senhor Presidente da Câmara quanto à presente intervenção, o mesmo afirma que desde há oito anos que a Educação e a Ação Social têm sido o principal foco do executivo, evidenciando-se a falta de oportunidades e soluções que se verificavam. Referiu que na educação têm investido anualmente 1,2 milhões de euros, valor acima do que é entregue pelo Estado, no âmbito da Ação Social, têm vindo a apresentar projetos nas freguesias de acompanhamento e aproximação à população, assim como apoios habitacionais e mesmo bens materiais, dando como exemplo a

aplicação de plataformas elevatórias em habitações com acessos complexos para pessoas com mobilidade reduzida.

Dos apoios a conceder aos proprietários afetados pelos incêndios, e depois de todo o trabalho realizado pelos funcionários do Município, foram pagos atempadamente numa primeira fase algumas verbas, ficando para mais tarde o pagamento final desses valores calculados.

Referente ao BUPI disse estar a prestar um trabalho excelente, considerando o melhor do distrito de Viseu com 55% do território cadastrado. No âmbito da loja do cidadão disse que vai ser comparticipada uma verba, não sabendo os valores em concreto, mas seguramente mais baixo do que estão a pagar aos privados, o valor é fixado pela área ocupada por cada repartição que vai ocupar o espaço.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia, dá por concluído o ponto um da ordem de trabalhos e prossegue com o ponto seguinte.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do referido ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara refere que anualmente o município fixa a taxa a aplicar em cada ano, referente ao IMI dos urbanos, entre os intervalos de 0,3% e 0,5%, constatando que desde o início do seu mandato que tem sido fixado sempre no mínimo, portanto em 0,3%, apresentando desta forma a mesma taxa de Imposto, considerando uma forma de apoiar os cidadãos do concelho, no entanto deixa à consideração da Assembleia.

O Senhor Presidente da Mesa abriu as inscrições para quem quisesse intervir sobre este segundo ponto da ordem de trabalhos.

Não havendo inscrições, colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Antes de passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto, lembrando que, ao abrigo do n.º 3 do Artigo 27.º do Regimento, as declarações de voto escritas devem ser entregues na Mesa até ao final da reunião.

Não havendo declarações de voto, passou-se de seguida à discussão do ponto terceiro da ordem de trabalhos.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do referido ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara refere que de acordo com o regime financeiro das autarquias, os municípios têm direito a uma participação até 5% do IRS que é pago pelos cidadãos residentes no concelho, devendo comunicar até 31 de dezembro à autoridade tributária a percentagem, portanto, a proposta

da Câmara é que se fixe em 4%, encontrando-se fundamentado na documentação disponibilizada, de forma clara e objetiva, deixando à consideração da Assembleia.

Após a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para os Membros da Assembleia poderem intervir sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo sido inscritos Rafael Helena e Paulo Bito.

Nos dizeres do deputado, Rafael Helena, "Senhor Presidente da Assembleia Municipal e seus Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal e seus Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público aqui presente, caros Municípes.

Nesta época especial do ano, marcada pela proximidade do Natal e pela renovação da esperança, deixamos uma palavra de votos para que este seja um tempo de união, solidariedade e serenidade para todos. Que o próximo ano seja um bom ano para São João da Pesqueira, trazendo mais oportunidades, mais coesão e melhores condições de vida para os seus municípes.

É neste espírito de responsabilidade e compromisso com as pessoas e com o futuro do concelho que apresentamos a seguinte proposta.

Considerando a necessidade de promover a fixação da população, valorizar quem escolhe viver no Concelho de São João da Pesqueira e aliviar a carga fiscal das famílias, propõe-se a redução da taxa de participação municipal no IRS para 3%.

Esta medida permitirá devolver uma maior parcela do imposto aos municípes, reforçando o rendimento disponível das famílias e contribuindo para uma maior justiça fiscal a nível local. Trata-se de um sinal claro de reconhecimento e valorização de todos aqueles que vivem, trabalham e investem no nosso concelho.

A opção pelo valor de 3% não é arbitrária. De acordo com os dados disponíveis para o ano de 2025, a média da taxa de participação no IRS praticada pelos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Douro rondou precisamente os 3%. Assim, esta proposta permite alinhar São João da Pesqueira com a realidade regional, reforçando a sua competitividade e evitando uma desvantagem fiscal face aos concelhos vizinhos.

A redução agora proposta enquadra-se, por isso, numa estratégia de competitividade territorial equilibrada, tornando o concelho mais atrativo para a fixação de população e para o desenvolvimento da atividade económica, sem comprometer de forma significativa o equilíbrio financeiro municipal.

Entende-se, assim, que esta proposta representa um investimento direto nas pessoas, com impacto positivo no bem-estar da comunidade e no desenvolvimento sustentável do concelho."

Finalizada a intervenção o Presidente da Assembleia dá a palavra ao deputado Paulo Bito, o qual partilha com a assembleia a sua posição no voto que fará a respeito do presente ponto, sendo que há três anos participou na assembleia por ausência do Senhor António Costa e votou contra a fixação da participação variável no IRS porque fixava a taxa máxima de 5%. Este ano evidenciando-se um decréscimo, felicitou o município por esse compromisso de alívio fiscal das famílias, considerando o imposto por vezes gerador de injustiça, justificando que muitas vezes através do esforço de trabalho até extra, podem subir de escalão e essa progressividade leva a uma penalização e, portanto, sensibiliza-se muito com este tema, desejando que o município no futuro opte por uma participação variável ainda mais amiga das famílias e até à implementação da taxa turística, pois não será inibidora

ou cortará as ambições de visitarem o concelho. Perante análise feita pelo próprio, em 2022 foram cerca de vinte mil dormidas no concelho, certamente pelo crescimento que o setor de turismo tem apresentado, com especial enfoque na região do Douro, também estará neste momento num patamar diferente e por isso deixa a sugestão.

O Presidente da Assembleia concede a palavra ao Presidente da Câmara, que diz que o principal foco é apoiar as famílias e dar o máximo que se consegue dar, não perdendo a sustentabilidade económica e não caindo em populismos, de que outros municípios têm uma taxa inferior, quando não medimos todas as outras ofertas que o Município da Pesqueira apresenta, desde transportes diários durante todo o ano, no apoio à educação, nos apoios sociais à comunidade e, portanto, cada 1% que se reduza já é um sinal significativo.

O deputado Rafael Helena pede a palavra e contrapõe, mencionando que consultou a ata do ano anterior, que discutiu este ponto, e um deputado municipal também sugeriu na altura, a taxa de participação do IRS, que baixou, propunha 4% e na altura o Senhor Presidente considerou também uma medida populista e este ano baixou para 4%. Sentindo-se desagradado por considerar que é uma medida populista ou demagógica, porque na verdade, há famílias que têm um rendimento mais elevado e seria um sinal de que o município também está com eles, que os apoia. Termina agradecendo.

O Presidente do Executivo toma de novo a palavra e volta a reforçar o seu argumento anterior, frisando que foi reduzido 1%, mas mantém a opinião de que o verdadeiro apoio que é dado à comunidade, aos agricultores, é aquele do dia a dia, com a aposta na educação, na ação social, nas questões do Douro isso sim, e mesmo assim foi possível reduzir 1%.

Não tendo sido apresentadas mais inscrições, colocou o ponto à votação. Concluída a contagem dos votos, foi obtido o seguinte resultado: votos a favor - 22, votos contra - 2.

O Presidente da Mesa da Assembleia antes de passar ao quarto ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se ao quarto ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação das Demonstrações Previsionais para o ano de 2026.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara referiu que o Orçamento do Município de São João da Pesqueira para o ano de 2026, como se verá, apresenta O MAIOR VALOR DE INVESTIMENTO ORÇAMENTADO DE SEMPRE e, conseqüentemente, o maior valor global orçamentado de sempre.

Este resultado é obtido, em grande medida, pela visão, empenho e trabalho efetuados ao longo dos últimos oito anos pelo executivo municipal, que procurou sempre garantir que o município de São João da Pesqueira estaria na linha da frente para maximizar as verbas dos fundos comunitários e por ter efetuado uma gestão caracterizada por um compromisso sólido com a sustentabilidade financeira, garantindo o necessário equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a inclusão social, para além de princípios base nos quais assentou sempre a gestão ao longo destes últimos anos, como a

transparência, rigor, sustentabilidade das contas e cumprimento dos compromissos assumidos com os cidadãos de São João da Pesqueira.

O orçamento para 2026 reflete um aumento substancial de 27,8% em relação ao ano anterior [20.050.000 €], totalizando em 2026 o valor de [25.619.247 €], sendo que o investimento passa de [5.580.000 €] em 2025 para [11.623.070 €], um aumento de 108%, um valor nunca alcançado na história das contas públicas do município!

Este é um orçamento verdadeiramente ambicioso, mas real, fruto de uma trajetória traçada por este executivo municipal e que tem como objetivo preparar o concelho para os desafios do futuro, aproveitando ao máximo as verbas disponíveis nos vários programas de apoio comunitário e PRR e concentrando-se em áreas prioritárias chave como a educação, a cultura, o desporto, a saúde, a agricultura, a ação social e as obras infraestruturais necessárias, que se têm revelado fundamentais. Para o ano de 2026, o elevado nível de investimento no concelho, quer na componente material [grandes obras] quer na componente imaterial [implementação de projetos educacionais e sociais, eventos culturais e outras ações] resulta de projetos que foram aprovados e iniciaram a sua execução em 2025 e de outros que foram, entretanto, aprovados e se iniciarão em 2026.

Naturalmente, muito dos projetos aprovados, em sede de procedimento de contratação pública, sofrerão aumentos significativos face ao inicialmente previsto, situação que decorre da conjuntura atual do setor da construção civil e que obrigará o município a canalizar receitas próprias para executar esses projetos, sacrificando atividades e apoios implementados ou, em alternativa, a tirar partido da sua capacidade de endividamento para garantir que todas as obras cofinanciadas e de relevante interesse público serão executadas, em prol do desenvolvimento futuro do Concelho de São João da Pesqueira.

Pelo exposto, estando em execução o programa PRR, e iniciados os projetos aprovados no âmbito do Portugal 2030, há uma alavanca importantíssima de financiamento municipal para a execução de diversos projetos, como melhor se realçará adiante.

No entanto, é preciso ter em consideração que a economia mundial continua marcada por incerteza, com crescimento moderado e pressões decorrentes da instabilidade geopolítica, dos custos de energia e das taxas de juro elevadas. Em Portugal, apesar de sinais de resiliência — impulsionados sobretudo pelo turismo e pelas exportações — o ambiente económico mantém-se desafiante, exigindo uma gestão pública prudente e eficiente.

Para São João da Pesqueira, estes fatores assumem especial relevância, dado o papel central da produção de vinho do Douro e do Porto, atividades fortemente dependentes de estabilidade económica, exportações e fluxos turísticos. A vitivinicultura enfrenta custos crescentes de produção e fatores climáticos imprevisíveis, enquanto o enoturismo, um dos motores de desenvolvimento do concelho, beneficia da retoma turística, mas exige modernização, promoção digital e diferenciação contínua. Assim, num ambiente económico exigente, a inovação tecnológica e o investimento em infraestruturas chave nas áreas da cultura, agricultura, turismo e ambiente surgem como uma oportunidade para valorizar o setor do vinho, dinamizar o enoturismo e modernizar os serviços municipais, contribuindo para um concelho mais competitivo e preparado para o futuro. Estando convictos que, ao longo dos últimos anos, São João da Pesqueira tem reforçado o seu papel central

na região do Douro, valorizando o seu património histórico, cultural e natural, promovendo o turismo sustentável e estimulando o dinamismo económico local. O orçamento prossegue essa visão, integrando projetos que consolidam o concelho como referência em qualidade de vida, coesão social e atratividade territorial.

Pelas razões referidas, as prioridades definidas refletem a continuidade de uma estratégia responsável, que se organiza em torno de vários eixos fundamentais:

- Valorização do território e das infraestruturas — através de intervenções em espaços públicos, mobilidade, requalificação urbana, preservação ambiental e reforço de equipamentos coletivos que melhorem a qualidade de vida de todos.
- Reforço da ação social — garantindo respostas eficazes às famílias, aos idosos, às crianças e aos setores mais vulneráveis da população, promovendo políticas de inclusão e apoio social robustas e de proximidade.
- Investimento na educação e formação — assegurando melhores condições nas nossas escolas, valorizando os recursos educativos e criando oportunidades para que os jovens possam desenvolver plenamente o seu potencial.
- Dinamização económica, cultural e turística — apoiando a atividade empresarial, promovendo o concelho como destino turístico de excelência e incentivando iniciativas culturais que reforcem a nossa identidade e a nossa capacidade de atrair visitantes.
- Modernização administrativa e digitalização dos serviços — aproximando a administração municipal dos cidadãos, simplificando processos e promovendo uma gestão mais eficiente, transparente e acessível.

O orçamento traduz, assim, uma visão de futuro assente no equilíbrio entre prudência financeira e investimento estruturante.

A Câmara Municipal continuará a procurar maximizar o aproveitamento de fundos comunitários, parcerias institucionais e mecanismos de financiamento que permitam alavancar projetos estratégicos sem comprometer a sustentabilidade das contas públicas.

Apela ao envolvimento informado e participativo de todos os munícipes. A transparência e o diálogo são pilares essenciais da nossa governação, e este orçamento pretende ser um instrumento ao serviço dessa relação de confiança. É com o contributo de todos que construiremos um concelho mais coeso, mais moderno e mais preparado para enfrentar os desafios das próximas décadas.

São João da Pesqueira é um território de história, de identidade forte e de enorme potencial. Com este orçamento, reafirmamos a nossa determinação em honrar esse legado e em projetar o concelho para um futuro de desenvolvimento sustentável, prosperidade e bem-estar coletivo.

PRINCIPAIS DESTAQUES PARA 2026

A prioridade para 2026, em termos de GOP, passa por reforçar o investimento nas subfunções que consideramos mais relevantes, em termos gerais assim definidas:

- Cultura: 5.062.447 €
- Administração Geral: 2.392.919 €
- Desporto, Recreio e Lazer: 1.542.958 €
- Abastecimento de Água: 1.377.309 €

- Transferência entre Administrações: 1.000.500 €
- Saneamento: 1.048.667 €
- Habitação: 1.041.500 €
- Educação: 749.935 €
- Ordenamento do Território: 695.745€
- Transportes e vias de comunicação: 357.040 €.

Em 2026, a subfunção das GOP com mais dotação inicial é a Cultura, sendo de destacar a construção do Pavilhão Multiusos “Fórum 1055”, a dinamização dos vários espaços culturais do município como o Cineteatro e Museu do Vinho, bem como a realização de diversos eventos culturais como a Vindouro, o São João, a Senhora do Monte, a Festa dos Saberes e Sabores do Douro, entre muitos outros.

A verba prevista na subfunção Administração Geral diz respeito principalmente à continuação da execução da Loja do Cidadão, ao projeto de Digitalização/Modernização dos Serviços Municipais e aos vários contratos necessários para o adequado funcionamento do município, principalmente no que se refere à infraestrutura informática/tecnológica, que é o suporte de toda a atividade administrativa desenvolvida e o garante da qualidade, celeridade, eficácia e eficiência dos serviços prestados aos cidadãos.

Em relação à Loja do Cidadão irão concentrar-se no mesmo espaço os serviços da Autoridade Tributária, da Segurança Social e serviços de front office do município, o que trará maior comodidade e permitirá ganhos claros de economia, eficácia e eficiência para os munícipes e para o estado.

Na subfunção Desporto, Recreio e Lazer estão previstos investimentos referentes à conclusão do Estádio Municipal, Requalificação das Piscinas Cobertas e Ginásio Municipal, Requalificação das Piscinas Descobertas e Requalificação e Modernização do Pavilhão Gimnodesportivo, bem como os habituais apoios às associações desportivas do concelho.

No que se refere à subfunção Abastecimento de Água, será de realçar o investimento de 945.809 € na renovação de condutas em fibrocimento no miolo urbano de Ervedosa do Douro e Riodades, para além de todas as despesas com o abastecimento de água para consumo humano à população de São João da Pesqueira.

Recordou, mais uma vez, que o município tem feito um trabalho excecional nesta matéria, sendo um bom exemplo a nível nacional e estando estes investimentos claramente alinhados com os ODS definidos pela ONU.

Na subfunção Transferências entre Administrações, o destaque vai, como habitualmente, para as transferências do Município para as Freguesias, no montante de 770.000 €.

Ao nível do Saneamento, para além de todas as despesas incorridas com o tratamento das águas residuais, estão previstos investimentos na Renovação das ETAR compactas das localidades de Espinhosa, Soutelo do Douro e Espinho no Concelho de São João da Pesqueira e a construção de uma elevatória de águas residuais para Soutelo do Douro.

No que se refere à subfunção Habitação, destaca a implementação da Estratégia Local de Habitação, cujo objetivo passa por resolver as principais carências existentes relativamente ao acesso à habitação por parte de públicos desfavorecidos.

Na Educação, mantêm-se os valores de todas as medidas municipais, os transportes gratuitos, bolsas de estudo sociais e de mérito [que têm vindo a ser reforçadas], apoio para aquisição de livros e material escolar, oferta de computadores, apoio nas viagens de estudo e em todas as atividades desenvolvidas pelo agrupamento de escolas, sendo de destacar a requalificação da Escola Básica de São João da Pesqueira.

Na subfunção Ordenamento do Território será de destacar o investimento na Regeneração Urbana - Rua Dr. Paradela de Oliveira, Rua General Humberto Delgado, Rua da Cruz e Praça de Santa Maria - na Vila de São João da Pesqueira.

Prevêem-se, na subfunção Transportes e Comunicação, investimentos nas freguesias do concelho, na melhoria de diversos arruamentos e caminhos.

Para além das subfunções que em 2026 têm maior destaque financeiro nas GOP, será de realçar a aposta contínua no empreendedorismo, através dos apoios para a criação de novas empresas e novos empregos, bem como as iniciativas de apoio ao comércio tradicional corporizadas pelos vales de compras emitidos pelo município. Continuaremos ainda a assumir-nos dos concelhos que maior apoio presta nos investimentos à expansão da rede elétrica para as explorações agrícolas.

No que se refere à melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes, para além das iniciativas levadas a cabo nos últimos anos, nomeadamente no âmbito da Ação Social, com a comparticipação de medicamentos, apoios à natalidade, apoios à beneficiação de habitações sem condições de habitabilidade, o novo ano de 2026 contará no terreno com os projetos dirigidos às pessoas, como os projetos Radar Social, CLDS, Balcão da Inclusão, Grupos vulneráveis, PIPSE.

Continuando cientes que são necessárias condições para fixar os mais jovens no concelho, em particular jovens casais, a crescer a todas as medidas já implementadas, entendemos que o acesso a terrenos para construção a preços acessíveis é fundamental. Neste sentido, equacionamos, também, a aquisição de terrenos para lotear e alinear a preços acessíveis e mediante cumprimento de determinadas condições, a estipular, obviamente, num regulamento específico a criar para o efeito. No que se refere à Saúde, continua-se a fazer todos os esforços para dotar o nosso centro de saúde com mais equipamentos e com médicos, assim como aprovar e executar a obra de requalificação no âmbito das candidaturas no PRR que possa garantir a fixação de médicos no concelho, trazendo mais valências para o centro de saúde.

Destacamos, ainda, o apoio às IPSS'S e às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de São João da Pesqueira e de Ervedosa do Douro, estando previstos, para 2026, apoios de 50.000 € e 290.000 €, respetivamente, para financiar investimentos das IPSS em várias respostas sociais e garantir a atividade das Associações Humanitárias e manter as Equipas de Intervenção Permanente em funcionamento.

Existem, obviamente, muitos outros investimentos e atividades que consideramos essenciais a desenvolver em 2026, conforme consta do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades.

À semelhança do referido em anos anteriores, o investimento em algumas subfunções é influenciado pelas candidaturas aprovadas e que se espera executar, podendo existir variações significativas e, por essa razão, alguns projetos estão apenas referenciados no PPI com valores simbólicos

[financiamento definido] pois ainda dependem da abertura dos avisos para submissão e aprovação das respetivas candidaturas, o que nesta parte também poderá vir a influenciar positivamente o presente orçamento.

Assim, as principais áreas de investimento assumidas no presente Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 podem ser analisadas na parte dois deste documento.

EM SUMA, para o ano de 2026, para além de tanto mais, pretende destacar:

- a) Na componente imaterial (pessoas): o reforço dos apoios de cariz social e educacional, a implementação no terreno dos projetos Radar Social e Promoção do Sucesso Escolar (já em curso), CLDS, Grupos Vulneráveis e Balcão da Inclusão, entre outros;
- b) Na componente material [grandes obras]: construção do novo Pavilhão Multiusos, Loja do Cidadão, 2ª fase do Parque Desportivo, renovação de ETARs e elevatória, requalificação da Rua da Figueira e Praça de Santa Maria, requalificação de infraestruturas de saneamento e águas atualmente em amianto, consolidação no terreno da ELH e requalificação de caminhos agrícolas.

REQUALIFICAÇÃO E ALARGAMENTO DA ESTRADA NACIONAL 222 (S. João da Pesqueira – Bateiras).

Ainda no que respeita a grandes e necessários investimentos infraestruturais no Concelho de São João da Pesqueira, destaca-se o início da requalificação com alargamento da EN222 no troço compreendido entre a sede do concelho e o lugar das Bateiras.

Pese embora ser uma via propriedade das Infraestruturas de Portugal, IP, foi sempre para este executivo fazer desta obra um ponto de honra que levaríamos por diante na reivindicação pela sua reestruturação.

Fruto de muito trabalho, reuniões, insistência, resiliência, no que a mesma significa pela sua elevada importância para o desenvolvimento do território, comodidade, e, diga-se, pelo seu impacto regional, uma vez que é o maior investimento público efetuado pela administração central nas últimas décadas, num valor estimado em 12 milhões de euros.

ESTRATÉGIA PLURIANUAL

Como se pode perceber, o presente Plano e Orçamento tem um carácter marcadamente plurianual, dando seguimento a muitos projetos, obras e eventos inscritos em 2024 e 2025 e que terão continuidade no ano de 2026 [e algumas para os anos seguintes], numa visão que se quer global e algumas vezes apenas exequível a médio ou longo prazo, aliás até, outras vezes influenciado pelo seu enquadramento em fases de fim e início da execução de quadros de Fundos Comunitários ou da situação política vivida a nível nacional e da situação económica que vivemos ao nível mundial, mas sempre com objetivos definidos pela missão e compromissos que assumimos com as pessoas que servimos nos últimos dois mandatos e que iremos manter no mandato 2025/2029.

DIMENSÃO FINANCEIRA

As GOP 2026 assumem um investimento municipal, com um valor de 17.046.370 €, que se traduz no maior de sempre, como referido.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assim, o Orçamento Municipal para 2026 alcança um valor total previsto de 25.619.247 €, também o maior de sempre.

A estrutura da despesa do Orçamento 2026 segue, por um lado, uma linha de afetação racional de recursos à despesa corrente que garante a capacidade e funcionamento dos serviços municipais para responder à assunção cada vez maior de competências por parte do município, e, por outro, uma dimensão relevante de despesas de capital com um elevado investimento e uma intensa dinâmica da capacidade de o realizar, absolutamente fundamental.

NOTA FINAL

2026: MAIS INVESTIMENTO, MAIS DESENVOLVIMENTO

Ao encerrarmos a apresentação do Orçamento Municipal para 2026, reafirmamos que cada investimento, cada obra e cada medida aqui inscrita tem um propósito muito claro: continuar a construir um concelho mais forte, mais desenvolvido, mais coeso e mais preparado para o futuro.

ESTE É O MAIOR ORÇAMENTO DA HISTÓRIA DO NOSSO MUNICÍPIO e representa uma oportunidade única de transformar São João da Pesqueira, graças ao trabalho consistente desenvolvido ao longo dos últimos anos e ao aproveitamento estratégico dos fundos comunitários, do PRR e das parcerias institucionais que conseguimos consolidar.

O Orçamento Municipal para 2026 representa o maior investimento de sempre no nosso concelho e reflete o trabalho contínuo que temos desenvolvido para garantir um futuro mais sólido, dinâmico e sustentável para São João da Pesqueira.

Num contexto económico desafiante, optámos por uma estratégia responsável, que reforça a ação social, a educação, a modernização dos serviços, a valorização do território e o apoio às nossas atividades económicas, em especial a vitivinicultura e o enoturismo.

Este é um orçamento ambicioso, mas realista, que coloca as pessoas no centro das decisões e prepara o concelho para os desafios dos próximos anos.

A Câmara Municipal compromete-se, desta forma, a manter, como até aqui, uma gestão financeira equilibrada, rigorosa e ambiciosa, uma gestão transparente e de proximidade, um elevado nível de investimento em projetos, obras e eventos, numa capacidade verdadeiramente reformista.

Finalizada a apresentação referente ao ponto quatro, foram abertas as inscrições para os Membros da Assembleia poderem intervir sobre o quarto ponto da ordem de trabalhos, tendo sido inscritos, César Elias, Rafael Helena, Teófilo dos Anjos e António Balça.

Toma a palavra o deputado, César Elias, começando por endereçar os bons dias a todos os colegas, Presidente de Mesa, Membros da Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, ao Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores e Munícipes presentes nesta Assembleia. No que se refere à subvenção de habitação, destaca a implementação da estratégia local de habitação, cujo objetivo passa por desenvolver as principais carências existentes relativamente ao acesso à habitação por parte dos públicos desfavorecidos. Questiona: "Qual a implementação local para habitação? O valor estimado para habitação engloba na sua totalidade para construções sociais? É possível aplicar alguma parte dessa verba destinada para a habitação na recuperação de casas devolutas existentes no nosso concelho? Caso seja aplicado para habitação acessível, qual seriam os moldes da sua aplicação? Obrigado."

Toma a palavra o deputado, Rafael Helena que passo a transcrever: “No âmbito da análise das Demonstrações Previsionais para o ano de 2026, gostaria de trazer à discussão uma proposta que entendemos ser construtiva, equilibrada e alinhada com a realidade económica do nosso concelho. São João da Pesqueira é um concelho profundamente marcado pela agricultura e pela vitivinicultura. A vinha é território, identidade e economia local. Por isso, importa que as opções orçamentais acompanhem essa realidade, não apenas através de investimentos infraestruturais, mas também com instrumentos de proximidade que cheguem diretamente ao terreno.

Durante a campanha autárquica, tivemos oportunidade de ouvir muitos produtores, em especial pequenos viticultores, que nos manifestaram a importância de aprofundar e complementar os mecanismos municipais de apoio à atividade agrícola, face aos elevados custos de produção e perda de rendimentos, fruto da crise que estamos a viver atualmente.

É neste contexto que entendemos ser oportuno discutir a criação de um instrumento municipal simples, de apoio direto, a que, por facilidade de comunicação, podemos chamar Vale do Agricultor. O Vale do Agricultor seria um mecanismo financeiramente controlado, com critérios claros, dirigido preferencialmente aos pequenos produtores, destinado a complementar os apoios nacionais e europeus existentes. Não se trata de substituir esses instrumentos, mas de criar uma resposta municipal de proximidade, com impacto direto e imediato na atividade agrícola.

Importa sublinhar que este tipo de medida é juridicamente possível e financeiramente responsável. Um concelho vizinho, Sabrosa, já aprovou e publicou um regulamento municipal de apoio aos viticultores, o que demonstra que este caminho é exequível e compatível com a gestão municipal.

O que hoje se coloca à consideração do executivo e desta Assembleia não é a aprovação imediata de um regulamento, nem a definição de valores fechados. O que se propõe é que, no âmbito destas Demonstrações Previsionais para 2026, seja assumido um compromisso político de estudar e preparar a criação do Vale do Agricultor, refletindo essa intenção nas opções orçamentais, seja através de uma rubrica própria, seja através de uma reserva que permita a sua concretização em momento oportuno.

Trata-se de uma proposta moderada, coerente com a importância estratégica da vitivinicultura no concelho, e que pode contribuir para reforçar a ligação entre o Município e quem trabalha a terra.

Deixamos esta reflexão ao Senhor Presidente e ao executivo, com total espírito construtivo, na expectativa de que possa ser acolhida e trabalhada em benefício da agricultura e da economia local. Muito obrigado.”

Tomou a palavra o deputado Teófilo dos Anjos, referindo que acha as explicações do Presidente da Câmara claras em relação ao orçamento, o maior orçamento do concelho, 25 milhões, considerando até que havia onde gastar 50 milhões se assim fosse possível. Há muito trabalho feito, mas também ainda há muito mais para fazer, é um orçamento ambicioso, estratégico, pensado nas áreas, onde foram muito bem definidas para cada uma delas os investimentos, também muito bem definidos, e um aproveitamento do PRR dos fundos comunitários. Salienta a importância das candidaturas em marcha e a sua concretização como objetivo final, ao contrário do que acontecia no passado, em que as candidaturas caíam. Reforça a atenção para uma candidatura que dinamize e seja uma atração para

o concelho, falando do teleférico, São Salvador do Mundo a Ferradosa, não bastam as paisagens, há a necessidade de dinamizar com atividades.

Tomou a palavra o deputado António Balça, agradeceu ao presidente do executivo pela forma exaustiva como mostrou as demonstrações previsionais, considerando um orçamento ambicioso, de encontro às promessas que tem feito. Não deixa de mencionar relevância dada ao desenvolvimento de todo o concelho, como agricultura, turismo, cultura, saúde, requalificação de infraestruturas sociais, etc. O BUPI tem sido uma ferramenta muito importante para o concelho e para os agricultores, referindo que tem conhecimento de municípios que cobram este serviço. Quanto à problemática que se vive no Douro, refere que o Douro é muito mais que vinho, pois existe também o azeite, ex-libris da região, considerando importante a criação de um mecanismo legal que ajude a criar uma denominação.

Finalizadas as intervenções o Presidente da Assembleia dá a palavra ao Presidente do Executivo que agradece as intervenções do César, do Rafael, do Teófilo e do Senhor António Balça e responde que a estratégia local de habitação no que respeita às fontes de financiamento europeia vem muito direcionada, para questões de situações habitacionais e de condições de vida indignas, casas sem condições, pessoas sem rendimentos, não abrangendo a classe média e jovens, não se tratando de uma opção do município, é assim que as regras europeias ditam. O município pretende adquirir um terreno para lotear e assim dar resposta às outras necessidades da população, classe média, jovens, com recurso às receitas próprias do município.

Quanto à intervenção do Rafael, referente ao Vale do Agricultor, reconhece capacidades e conhecimento da ligação à agricultura, mas considera a proposta populista, considerando o vale uma gota de água no oceano, pretende sim criar condições para que os agricultores possam viver da sua exploração, fruto do seu trabalho, com valores dignos para os seus produtos, pois o Douro gera muita riqueza, mas que é mal distribuída de acordo e em função das regras, as quais luta para que sejam alteradas. A oferta de vales seria desprestigiante, considerando que o exemplo de Saborosa, não é o que procura para o Concelho de São João da Pesqueira.

Pede a palavra o deputado, Rafael Helena, que se volta a mostrar desagradado com a consideração que faz o Presidente do Executivo, apelidando a sua proposta uma vez mais como uma proposta populista, pelo que não concorda, considerando que seria uma resposta do município, enquanto o governo não apresenta propostas concretas de apoio.

Pede a palavra o deputado, Frederico Selores, mencionando que um pequeno subsídio muito honestamente não faria grande sentido, dada a proporção de gasto que há, e um agricultor não pode ser subsídio-dependente, tem sim de haver união de todos e a valorização do produto.

Finaliza o Presidente do Executivo dizendo que se há município que defende os agricultores é o da Pesqueira.

Não havendo mais inscrições o Presidente da Mesa colocou à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos. Concluída a contagem dos votos, foi obtido o seguinte resultado: votos a favor - 22, abstenções - 2.

O Presidente da Mesa da Assembleia antes de passar ao quinto ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se ao quinto ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara, refere deixar apenas quatro notas referente ao mapa apresentado. Aumento de competências e responsabilidades, necessidades de dar resposta de forma mais eficiente. Substituição de funcionários que pediram mobilidade, para serviços de Finanças, conservatória, por estes oferecerem carreiras com melhores condições, é uma realidade por todo país, com salários bem superiores. Necessidade de aumentar a resposta principalmente em escolas e em limpezas. Novo projeto do CLDS, exigindo a contratação de três técnicas. Resumindo, o mapa de pessoal para o novo ano prevê a integração de oito técnicos superiores, cinco assistentes técnicos e dezanove assistentes operacionais, dando resposta às ofertas que o município presta com prestadores de serviços.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Foi inscrito Rafael Helena.

Tomou a palavra o deputado, Rafael Helena que se transcreve: “Senhor Presidente da Câmara, gostaria de abordar, de forma específica, a evolução da despesa com pessoal prevista nas Demonstrações Previsionais para 2026.

Em 2024, a despesa com pessoal situava-se em cerca de 4,5 milhões de euros. Para 2026, a previsão aproxima-se dos 6 milhões de euros, o que representa um aumento superior a 30% em dois anos. Trata-se de uma variação significativa numa rubrica que sabemos ser estrutural e permanente.

Compreendemos que este aumento esteja associado à assunção de novas competências pelos municípios, à execução de um volume de investimento excecional e às atualizações remuneratórias legalmente obrigatórias. Reconhecemos também que, sem recursos humanos adequados, grande parte do investimento previsto não seria exequível.

Ainda assim, entendemos que é legítimo e responsável questionar a sustentabilidade deste crescimento no médio prazo. O PRR é um instrumento temporário e, quando esse ciclo terminar, os encargos com pessoal manter-se-ão.

Nesse sentido, solicitamos ao executivo municipal um esclarecimento claro sobre duas questões fundamentais: Primeiro, se este reforço do mapa de pessoal é entendido como estrutural ou temporário; Segundo, de que forma o Município prevê acomodar estes encargos quando o financiamento extraordinário do PRR deixar de existir.

Não se trata de pôr em causa o funcionamento dos serviços nem o esforço dos trabalhadores municipais. Trata-se de garantir que as opções tomadas hoje são financeiramente sustentáveis amanhã. Muito obrigado.”

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

Começa por agradecer a intervenção do Senhor Rafael Helena e relembra que só se presta um bom serviço com mão de obra e nesse sentido, com a atribuição de novas competências, é emergente dar resposta. Perante os resultados apresentados, o Concelho de São João da Pesqueira teve um

aumento de alunos, alguns alunos com autismo, em que é o próprio município que contrata diretamente os professores, pois o Ministério da Educação não dá resposta, é necessário também contratar auxiliares para prestar os devidos apoios a estas crianças, pois não se consegue sem a contratação de pessoal. Na ação social, com uma comunidade cada vez mais envelhecida, as atividades que prestam para eles, só é possível com pessoas para o fazer, para estarem perto deles e acompanharem nas suas dificuldades diárias, considerando prestigiante o feedback das pessoas com estas novas temáticas. Com toda a oferta apresentada, só é possível bons resultados com o trabalho destas pessoas, muitas delas prestadoras de serviços, por vezes algumas a trabalhar para lá do horário laboral, o que no entendimento do executivo é um reconhecimento pelo seu esforço diário, promovendo a contratação.

Referindo ainda que 5 milhões, tem um peso no orçamento de 23%, portanto, o peso em termos percentuais no orçamento é reduzido.

Não havendo mais inscrições o Presidente da Mesa colocou à votação o quinto ponto da ordem de trabalhos. Concluída a contagem dos votos, foi obtido o seguinte resultado: votos a favor - 22, abstenções - 2.

O Presidente da Mesa da Assembleia antes de passar ao sexto ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, o Presidente da Mesa, colocou à consideração da Assembleia um intervalo de 10 minutos e logo de seguida se retomaria ao sexto ponto da ordem de trabalhos.

Seguiu-se um intervalo pelas 11h55, tendo às 2h05 sido feita nova chamada, pelo 1.º secretário da Mesa da Assembleia, não se tendo registado novas ausências.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Proposta de Nomeação do Auditor Externo.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara informa que está na informação a proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato para a aquisição de serviço de revisão e certificação legal de contas para o quadriénio 2026 a 2029 referindo que foram convidadas estas três empresas, Nuno Moutinho que já trabalhava com o município, Elisabete Santos e Andreia Sampaio, o valor base foi de 42.000 euros e a proposta mais baixa foi a de Nuno Moutinho, que é o atual revisor, 40.000 euros, propondo que seja adjudicada de acordo com o procedimento que foi desenvolvido, ao Nuno Moutinho, deixando à consideração da Assembleia.

Acabada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o sexto ponto da ordem de trabalhos. Concluída a contagem dos votos, foi obtido o seguinte resultado: votos a favor - 22, abstenções - 2.

O Presidente da Mesa da Assembleia antes de passar ao sétimo ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se de seguida à discussão do sétimo ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 7 - Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2026.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da Câmara, resumidamente referiu que a proposta de fixação ou não, de uma taxa municipal sobre os direitos de passagem prevista no artigo 169 da lei 16/2022, refere-se à implantação, passagem, atravessamento de espaço do domínio público ou privado, mas municipal, das empresas de comunicações e de eletricidade e que, de acordo com a lei, podem originar o estabelecimento de uma taxa, a chamada taxa municipal de direitos de passagem. Todos os anos é determinada a base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal dessas empresas e não pode ultrapassar os 0,25%. A proposta é cobrar, como sempre têm apresentado, pois são empresas que geram lucro e, embora obrigadas a arranjar o que vão danificando, na verdade, há sempre necessidade pontual do município também fazer face a algumas requalificações, pelo que considera justa a taxa aplicada, para fazer jus a essas intervenções, deixando à consideração da Assembleia.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o sétimo ponto da ordem de trabalhos tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 8 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Castanheiro do Sul.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que estes documentos se dividiam em três: os autos, os contratos interadministrativos e os protocolos. Cada Freguesia tem três. Os protocolos são referentes a obras que as Juntas queiram fazer e alguma ajuda na manutenção dos cemitérios. Os contratos interadministrativos são para a recolha de lixo, por isso é que não estão aqui as Freguesias todas, onde o nosso camião não vai, delega-se essa competência na Junta de Freguesia com o respetivo valor. Os autos foram feitos com base no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que diz respeito às limpezas das ruas e pequenas reparações nas escolas.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à consideração do plenário a votação sucessiva de cada um dos pontos da ordem de trabalhos que vão seguir-se (Pontos 8 a 18), não se tendo verificado qualquer oposição. Mais recordou que o respetivo Presidente de Junta não pode votar o Protocolo da sua Freguesia.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 9 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Ervedosa do Douro

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 10 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Nagoselo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nagoselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 11 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Paredes da Beira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 12 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Riodades.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 13 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Soutelo do Douro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 14 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Vale de Figueira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 15 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da Freguesia de Valongo dos Azeites.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valongo dos Azeites ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 16 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 17 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 18 - Análise, discussão e votação do Protocolo de Colaboração de Apoio Financeiro para a realização de investimentos diversos por parte da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à consideração do plenário a votação sucessiva de cada um dos pontos da ordem de trabalhos que vão seguir-se (Pontos 19 a 25), não se tendo verificado qualquer oposição. Mais recordou que o respetivo Presidente de Junta não pode votar a Proposta de Minuta da sua Freguesia.

Ponto 19 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a Freguesia de Ervedosa do Douro.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 20 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a Freguesia de Paredes da Beira.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 21 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a Freguesia de Riodades.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 22 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a Freguesia de Vale de Figueira.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 23 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de S. João da Pesqueira e a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 24 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 25 - Análise, discussão e votação da Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de São João da Pesqueira e a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à consideração do plenário a votação sucessiva de cada um dos pontos da ordem de trabalhos que vão seguir-se (Pontos 26 a 36), não se tendo verificado qualquer oposição. Mais recordou que o respetivo Presidente de Junta não pode votar o Auto de Transferência da sua Freguesia.

Ponto 26 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Castanheiro do Sul.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 27 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Ervedosa do Douro.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 28 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Nagoselo do Douro.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nagoselo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 29 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Paredes da Beira.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 30 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Riodades.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riodades ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 31 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Soutelo do Douro.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 32 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Vale de Figueira.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 33 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a Freguesia de Valongo dos Azeites.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valongo dos Azeites ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 34 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 35 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Trevões e Espinhosa.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 36 - Análise, discussão e votação do quadro de transferência de competências para a União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros ausentou-se e o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do público, referindo que foi apresentado na Mesa um pedido escrito para intervenção do Senhor Hugo Alexandre Brilhante Mourão, o qual tem agora a palavra para apresentar os temas que o trazem a esta sessão, agradecendo a sua presença e recordando que tem cinco minutos para intervir.

Tomou a palavra o Senhor Hugo Mourão que se transcreve: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa, Senhoras e Senhores Deputados, também o Público aqui presente e também quero realçar os Presidentes de Junta de Freguesia, Senhor Presidente da Câmara Municipal de São João da Pesqueira.

A 3 de dezembro de 2024, foi anunciado que a requalificação da Estrada Nacional 222 teria um custo de doze milhões de euros, mas em 2025 o valor passou a ser dez milhões e oitocentos euros, perante tais valores seria importante, para que tudo ficasse esclarecido, saber o que levou a esta mudança de custo, não é só uma questão minha, mas também de muitos que me interpelam todos os dias. Já vi que provavelmente será uma pergunta a colocar ao Ministério das Infraestruturas de Portugal, sabendo que são eles que irão intervir na obra, mas já agora também queria aqui deixar e realçar o grande esforço deste Executivo para que esta requalificação fosse avante. Sim, a oposição não serve só para criticar o que está mal, mas também fazer uma apreciação crítica e boa, àquilo que efetivamente é pensado em prol da população e que serve os interesses também da população, temos de reconhecer este feito, sabendo que o aumento da estrada deveria ser maior, entre outros pontos, mas mais vale fazer algo do que não fazer nada."

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para responder às questões.

O Presidente da Câmara refere que aquilo que foi dito desde o início é que o custo estimado da obra seria sensivelmente de doze milhões, e mantém, no entanto, poderá até ser mais, o que aconteceu é que houve uma proposta ganhadora de dez milhões, valor inferior ao que foi a concurso.

Terminada a sua intervenção referiu que Presidentes de Junta vão ser contactados para assinar os autos e os protocolos sujeitos a votação na ordem de trabalhos, para serem submetidos na plataforma, só dessa forma serão feitas as transações em causa.

Ofereceu uma pequena lembrança de Natal, como habitualmente, para cada um dos elementos da Assembleia. Convida e pede um esforço aos membros para estarem presentes no concerto de Natal da Banda de Nagoselo do Douro, no Cineteatro às 21:30.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 12 horas e 40 minutos, dizendo que os convites foram endereçados aos membros da Assembleia para estarem presentes no almoço de confraternização da Assembleia Municipal, espero contar com a vossa presença, naturalmente, e antes de dar por encerrada a sessão, agradeço a presença de todos. Desejo a todos e às vossas famílias um Feliz Natal. Esta época é uma época de fraternidade e de paz entre os homens, infelizmente não é o caso, que está marcada pela incompreensão, pela injustiça e pela falta de humanidade a que diariamente, infelizmente assistimos. Faço votos, no entanto, para que, pelo menos nesta época festiva, se possam celebrar a fraternidade, a solidariedade, a amizade e a União dos Povos, para que o futuro possa ser encarado com mais otimismo e alegria, para o bem de nós todos. Relembrou que quem necessitasse de justificação de falta, deveria dirigir-se à Mesa. E já agora, não saiam sem receber a prendinha e mais uma vez, obrigado pela vossa presença e pelas vossas intervenções.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata que, depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário



O 2.º Secretário

